

do Legislativo de 09/03/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 8/3/2000

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Agostinho Patrús - Antônio Genaro - Fábio Avelar - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Rogério Correia - Sebastião Costa.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.)

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária DA CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Canabrava, Mauro Lobo, Adeldo Carneiro Leão e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é discutir e votar proposições da Comissão. O Deputado Adeldo Carneiro Leão, com a palavra, apresenta dois requerimentos nos quais solicita que seja criado um programa de "disque denúncia" para que essa Comissão possa receber informações acerca da matéria que investiga e que sejam convidados para prestar informações à essa Comissão os Srs. José Luiz Rocha, ex-Presidente do BEMGE, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, ex-Presidente do BEMGE e do CREDIREAL, e Paolo Enrico Maria Zaghen, ex-Diretor do Banco Central. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Durante a votação do primeiro requerimento, fazem o seu encaminhamento os Deputados Mauro Lobo, Sebastião Costa e Adeldo Carneiro Leão. O Presidente informa que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2000.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Mauro Lobo - Adeldo Carneiro Leão - Doutor Viana.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Às dezesseis horas do dia dezoito de fevereiro do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Paulo Piau, Rogério Correia e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Hélio Luz, Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, que fará uma explanação sobre o referido tema e tratará de assuntos da Comissão. O Presidente convida o Deputado Hélio Luz a tomar assento à mesa, registra a presença dos Srs. André Ubaldino, Promotor da 12ª Vara Criminal da Capital; José Roberto Rezende, Ouvidor-Geral de Polícia de Minas Gerais, e Neusa Lima, do Conselho Municipal de Defesa Social de Belo Horizonte; agradece a presença do palestrante e lhe concede a palavra para suas considerações iniciais. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao relator, Deputado Rogério Correia, e aos presentes. Segue-se o debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Após as considerações finais do convidado e dos presentes, o Presidente submete a votação requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando que a Comissão participe da reunião da CPI do Narcotráfico da Câmara Municipal de Montes Claros no dia 24 do corrente. O requerimento é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do convidado, dos parlamentares e das demais pessoas, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da

ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - José Henrique - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara - Carlos Pimenta.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado João Paulo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Márcio Cunha, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta. O Presidente faz leitura de ofício da Chefe de Gabinete do Deputado Miguel Martini, comunicando a impossibilidade de o parlamentar comparecer a esta reunião por estar representando a UNALE em Brasília, e dá ciência do recebimento de ofício do Secretário de Estado da Fazenda; de três ofícios do Secretário de Estado da Educação, de três ofícios do Secretário de Estado de Esportes; de ofícios do Conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente da 3ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado; da Sra. Marclene do Carmo Lages, da Coordenação de Convênios da Secretaria de Estado da Saúde; da Sra. Carmen Lúcia Miranda Silveira, da Fundação Nacional de Saúde; do Sr. Rômulo de Macedo Vieira, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional; de quatro ofícios do Sr. Melchior de Melo, Superintendente Regional do INCRA; de ofícios do Sr. Humberto Ferreira de Carvalho Neto, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais; da Sra. Olga Câmara, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça; do Superintendente Regional da CODEVASF; de quatro ofícios do Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; de nove ofícios do Superintendente de Negócios da CEF; da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte; do Coordenador Jurídico da CASEMG; do Coordenador de Despesas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Coordenador de Defesa Civil da SUDENE, e do Sr. Wanderley de Paula Vieira, da Emplacar Despachantes de Viçosa. A seguir, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes projetos de lei, bem como os relatores a que foram distribuídos: 585/99 (relator: Deputado Mauro Lobo) e 588/99 (relator: Deputado Eduardo Hermeto). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 52/99 na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta (relator: Deputado Mauro Lobo); 258/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Olinto Godinho) e 353/99 na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Mauro Lobo); e, em 1º turno, Projetos de Lei nºs 513/99 (relator: Deputado Eduardo Hermeto); 521/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, (relator: Deputado Rogério Correia); 482/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Mauro Lobo); 445/99 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, com as Emendas nºs 8 e 9, que apresenta, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Constituição e Justiça, (relator: Deputado Eduardo Hermeto) e 536/99 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Márcio Cunha). Durante a discussão do parecer do relator, Deputado Eduardo Hermeto, o qual conclui pela aprovação em 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 11/99 na forma do vencido em 1º turno, é concedida vista da matéria ao Deputado Rêmoló Aloise. É concedida ao Deputado Rogério Correia vista do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 227/99, mediante o qual o relator, Deputado Eduardo Hermeto, conclui pela rejeição da matéria. Durante a discussão do parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 467/99, mediante o qual o Deputado Rêmoló Aloise conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido em 1º turno, é concedida vista da proposição ao Deputado Eduardo Hermeto. Os Deputados Eduardo Hermeto e Rogério Correia, respectivamente, relatores dos Projetos de Lei nºs 487/99 e 596/99, fazem uso do prazo regimental para emitirem seus pareceres para o 1º turno da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Miguel Martini - Rogério Correia.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Amílcar Martins, Ronaldo Canabrava e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Amílcar Martins, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Canabrava, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente procede à leitura de ofícios da Sra. Maria Dolores da Cunha Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS -, publicados nas edições de 15 e 22/1/2000; da Sra. Maria Lúcia Cardoso, Deputada Federal, do Sr. Eugênio César Almeida Felippetto, Coordenador-Geral Substituto da Coordenação-Geral de Recursos do FAT, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - Ministério do Trabalho e Emprego e do Sr. César Cláudio Moreira Giraldes, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, as duas primeiras publicadas na edição de 15/1/2000 e a última na edição de 24/12/99; do Sr. Altair Vilar, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Siderúrgicas, Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e de Informática de Ipatinga, Belo Oriente e Santana do Paraíso, relatando ações da empresa USIMINAS contra os associados do referido sindicato, e do Sr. Marco Túlio Coimbra Silva, Promotor de Justiça, solicitando o encaminhamento das conclusões da Comissão a respeito da eventual má utilização de recursos do FAT envolvendo as Fundações Renato Azeredo e Fundação Mariana Resende Costa - FUMARC. Neste momento, comparece o Deputado Ivo José, e o Deputado Amílcar Martins transfere a ele a Presidência. Ato contínuo, a Presidência informa que designou o Deputado Ronaldo Canabrava relator do Projeto de Lei nº 619/99 e designa os relatores das seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 132, 707, 713, 720, 732, 738, 750, 764 e 748/99, Deputado Luiz Menezes; 198, 708, 714, 724, 733, 740, 752 e 766/99, Deputado Amílcar Martins; avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 693/99; 697, 709, 715, 726, 747, 761 e 770/99, Deputado Ronaldo Canabrava; 704, 711, 717, 731, 734, 749, 762 e 775/99, Deputado Cristiano Canêdo. Na sequência dos trabalhos, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 619, 668, 680, 686 e 672/99, este último com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava); 662, 675, 689/99 (relator: Deputado Luiz Menezes); 670, 674 e 667/99, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Amílcar Martins); 669, 673 e 691/99 (relator: Deputado Ivo José), que são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposição da Comissão. O Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Amílcar Martins e apresenta dois requerimentos, nos quais solicita seja convidada para reunião da Comissão a comissão de representação eleita na plenária final do Seminário Legislativo Desemprego e Direito ao Trabalho, para discutir a continuidade dos trabalhos propostos no evento; seja realizada audiência pública da Comissão para se discutirem as demissões promovidas pela Companhia Siderúrgica Acesita S.A e o descumprimento de acordos e da legislação trabalhista. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Após, são submetidos a discussão e votação pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 600, 654 e 655/99, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2000.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Cristiano Canêdo - Luiz Menezes.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos, Bené Guedes e Mauri Torres, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauri Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater, em audiência pública, com representantes de entidades civis, a etiquetagem de produtos farmacêuticos, artigos de vestuário, calçados e materiais de construção vendidos a varejo. A seguir, informa que serão ouvidos a Sra. Magui Regina Ribeiro Henriques, Diretora Executiva da Rede Farma; os Srs. Luiz Márcio Horta Bretas, Diretor da Associação do Comércio de Materiais de Construção de Minas Gerais - ACOMAC -, representando o Sr. Júlio Gomes Ferreira, Presidente da entidade; Manuel Pereira Bernardes e Maria Laura Santos, respectivamente Presidente e Coordenadora Jurídica da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL. Dando prosseguimento, a Presidência comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Célio Rodrigues Wanderley, Presidente da Comissão do Consumidor, da Família e da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima; Geraldo Antônio da Silva, Vereador à Câmara Municipal de Santos Dumont, e Mário Bulgarelli, Presidente da Câmara Municipal de Marília, que tratam de assuntos pertinentes à defesa do consumidor. A Presidência determina à assessoria da Comissão que tome as devidas providências quanto à correspondência recebida. Passa-se à discussão e à votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário. O Presidente procede à leitura do Requerimento nº 1.000/99 e, logo após, submete à votação a matéria, que é aprovada. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Bené Guedes apresenta requerimento em que solicita seja discutida, com os representantes das entidades que menciona, a inclusão dos nomes de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação em atraso com o pagamento de parcelas nos bancos de dados de maus pagadores. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. A seguir, o Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e, em seguida, apresenta requerimentos em que solicita sejam discutidos, com os representantes das entidades que menciona, a fiscalização e o funcionamento das máquinas de videoloteria seja discutida, com representantes das entidades que

menciona, a forma de incidência do ICMS sobre os serviços prestados e lançados na conta de consumo. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. O Deputado João Paulo reassume a direção dos trabalhos e tece considerações relativas ao objetivo da reunião. Logo após, passa a palavra aos convidados, que fazem suas exposições e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2000.

João Paulo, Presidente - Elaine Matozinhos - Bené Guedes.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de fevereiro do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Rogério Correia (substituindo este à Deputada Maria José Hauelsen, por indicação da Liderança do PT) e Ronaldo Canabrava (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião, informa que não há ser lida por se tratar da primeira reunião desta Comissão e que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Rogério Correia para atuar como escrutinador. Apurados os votos, a Presidência proclama eleitos os Deputados Alberto Bejani e Maria José Hauelsen, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente. A Presidência declara empossado como Presidente o Deputado Alberto Bejani, a quem passa a direção dos trabalhos. Este agradece sua eleição e designa o Deputado Arlen Santiago relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2000.

Alberto Bejani, Presidente - Eduardo Brandão - Arlen Santiago.

ATA DA 30ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas do dia vinte e três de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Antônio Roberto e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Roberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, passa à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 1.046 e 1.055/99. A seguir, a Deputada Maria José Hauelsen passa a Presidência ao Deputado Fábio Avelar, para apresentar requerimento em que, juntamente com a Deputada Maria Tereza Lara, solicita a realização de audiência pública no Município de São Lourenço, a fim de se discutirem, com a população, as causas e consequências das últimas enchentes ocorridas no Sul de Minas e propor soluções para os municípios atingidos pelas águas. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. O Deputado Fábio Avelar retorna a direção dos trabalhos a Deputada Maria José Hauelsen, que convida a tomar assento à Mesa os seguintes senhores: Ronaldo César Vieira de Almeida, representando a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD -, o Instituto Estadual de Florestas - IEF - e a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente - ABEMA -; Hélio Pereira, representante da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente; Ângelo Paulo dos Santos, representante da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente - AMDA -; Luiz Carlos Teles, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, e o Capitão Arley Gomes de Lagos Ferreira, da PMMG. A seguir, a Deputada Maria José Hauelsen informa ser a reunião destinada a discutir o anteprojeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.956-44, de 9/12/99, que altera dispositivos do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), especificamente os conceitos e as aplicações de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP). Ato contínuo passa a palavra aos convidados, que tecem suas considerações. Em seguida passa-se à fase dos debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Deputada Maria José Hauelsen agradece a presença dos convidados e participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Fábio Avelar - Maria José Hauelsen.

ATA DA 32ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia vinte e três de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago, Bilac Pinto e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Márcio Kangussu. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, por solicitação do Presidente, o Deputado Wanderley Ávila comunica o recebimento de requerimento do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, ofício do Ministro da Cultura e ofícios do Diretor-Geral do DER-MG em resposta a solicitação da Comissão de Transporte. Ato contínuo, o Presidente distribui os Projetos de Lei nºs 288 e 631/99 ao Deputado Wanderley Ávila e 632/99 ao Deputado Dinis Pinheiro. Prosseguindo, passa à discussão e votação de parecer sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Wanderley Ávila, relator do Projeto de Lei nº 307/99, no 2º turno, procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Ato contínuo, o Presidente passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 994, 1.002, 1.009 e 1.026/99. Prosseguindo, a Presidência passa à discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Wanderley Ávila apresenta requerimento do Deputado Ivo José em que solicita a realização de audiência pública com autoridades ligadas ao transporte para se discutir o novo Programa de Concessão de Rodovias do Estado de Minas Gerais. O Deputado Márcio Kangussu apresenta requerimento solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas à recuperação da MG-205 no trecho que liga os Municípios de Joaíma e Felisburgo e à recuperação da MG-105 no trecho que liga os Municípios de Joaíma e Águas Formosas. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. A seguir, o Presidente Álvaro Antônio passa a direção dos trabalhos ao Deputado Wanderley Ávila, para apresentar requerimento de sua autoria em que solicita a realização de audiência pública com a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio para se discutir a revitalização do trecho ferroviário entre os Municípios de Varginha e Cruzeiro, SP. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Ao retornar a Presidência, o Deputado Álvaro Antônio agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Arlen Santiago - Wanderley Ávila.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Maria Olívia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, atendendo a solicitação do Presidente, faz leitura de ofício recebido do Ministro da Saúde. Prosseguindo, a Presidência passa à discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário e, na ausência do relator, redistribui o Projeto de Lei nº 646/99 ao Deputado Cristiano Canêdo. Ato contínuo, passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.058/2000. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a debater o Programa Rede FHEMIG Domiciliar, desenvolvido por essa instituição. Logo após, a Presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. João Baptista Magro Filho, Superintendente-Geral da FHEMIG; Eduardo Fittipaldi Silva e Livia Mara Ferreira, Coordenadores do Programa Rede FHEMIG Domiciliar. O Deputado Edson Rezende justifica o motivo pelo qual formulou os convites. Prosseguindo, o Sr. João Baptista Magro Filho faz sua exposição, com a apresentação de transparências. Participam dos debates, além dos convidados mencionados, os Srs. Jesus Almeida Fernandes, Diretor de Planejamento da FHEMIG; Sônia Lúcia Cardoso Suignard, Diretora Hospitalar da FHEMIG; Deputada Maria Olívia; Sebastião de Araújo Rezende; Fausto F. Fróes; Luciana, Diretora do Hospital Galba Veloso; Múcio Leão, Diretor de Ensino e Pesquisa da FHEMIG; Sílvia e José Sebastião Fernandes, do Centro Mineiro de Toxicomania. A seguir, a Presidência passa à discussão e votação de proposições da

Comissão. Ato contínuo, o Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Luiz Tadeu Leite, para apresentar requerimento de sua autoria, em que solicita sejam convidados representantes do Conselho Regional de Farmácia e do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais para apresentação da Cartilha sobre Medicamentos Genéricos. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2000.

Edson Rezende, Presidente - Cristiano Canêdo - Carlos Pimenta -Adelmo Carneiro Leão - Jorge Eduardo de Oliveira.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 9/3/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia e outros, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/99, do Deputado Durval Ângelo e outros, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo a seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Luiz Tadeu Leite opinou pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e revoga o inciso III de seu art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Antônio Júlio solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 97/99, do Deputado Wanderley Ávila, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam o prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142/99, da Deputada Maria José Haueisen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, e as Emendas nºs 2 a 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais", órgão oficial dos Poderes do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto.

A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, da Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue nos locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das Delegacias de Polícia a informarem as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua rejeição. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nº 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça; 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, e as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina por sua rejeição.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo - FECE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua rejeição.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e manutenção dos trechos rodoviários que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo com entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 11 a 17, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Justiça; as Emendas nºs 11 a 17, da Comissão de Saúde, e as Emendas nºs 18 a 24, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99, dos Deputados Anderson Aduato e Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do Quarto Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.